



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



PARECER PRÉVIO nº 011-A/2023/JUR/PMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0017/2023
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão eletrônico 007/2023
INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitação-CPL
ASSUNTO: Análise jurídica do processo licitatório.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 10.520/2002; LEI Nº 10.024/2019 E LEI Nº 8.666/93. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA: A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE. ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO. EDITAL E SEUS ANEXOS.POSSIBILIDADE LEGAL.

I SITUAÇÃO FÁTICA

A Assessoria Jurídica deste Município foi instada a analisar o edital de licitação na modalidade pregão eletrônico cujo objeto é a **contratação de empresa do ramo para: a eventual aquisição de material de construção, tipo menor preço por item, para atender as necessidades das secretarias do Município de Cabaceiras-PB.**

O Processo Administrativo sob o nº 017/2023 encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- a) **ATO DE DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO;**

Carvalho *AL*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



- b) COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO PREGOEIRO;
- c) SOLICITAÇÃO DA SECRETÁRIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA;
- d) JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS;
- e) ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO;
- f) APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- g) TERMO DE REFERENCIA;
- h) APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA;
- i) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA;
- j) AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME;
- k) PROTOCOLO E AUTUAÇÃO DO PROCESSO;
- l) MINUTA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Diante do que consta nos autos, a Comissão Permanente de Licitação-CPL solicita assim a emissão de Parecer a respeito da adequação dos fatos descritos aos condicionamentos legalmente estabelecidos no processo licitatório em questão.

É o breve relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO:

Observa-se que, no caso em tela, o mecanismo escolhido para a futura contratação foi o Pregão, na modalidade eletrônica, com critério de julgamento, MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 10.520/ 2002 e do Decreto nº 10.024/2019.

O art. 1º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) esclarece que: “aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão [...]”. Nesse sentido, o pregão é a modalidade licitatória definida para aquisição de bens e **serviços comuns**, cujos padrões mínimos de qualidade serão previamente estipulados no instrumento convocatório. A finalidade do diploma legal é a de propiciar maior celeridade e eficiência no processo de seleção de futuros contratados.

Pela leitura do processo, constatamos que o objeto do processo em análise pode ser classificado como “comum”, tendo em vista que não se trata de objeto de maior complexidade e que não possui nenhuma especificidade que prejudique a elaboração da proposta.

A Lei do Pregão deve ser compreendida com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações). Por essa razão, as minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinados e aprovados pela Assessoria

Opasto

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



Jurídica da Administração, nos termos do parágrafo único do Art. 38 da Lei n.º 8.666/1993 e do Art. 9º da Lei n.º 10.520/2002. Assim vejamos:

Lei n.º 8.666/1993

“Art. 38. O procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”

Ademais,

Lei n.º 10.520/2002:

Art. 9º. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Consoante aduz o Art. 8º do Decreto n.º 10.024/19 que os documentos que devem ser observados para a realização de pregão eletrônico. Vejamos:

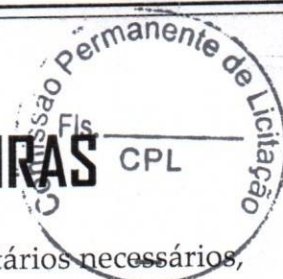
“ Art. 8º. O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I - estudo técnico preliminar, quando necessário;
- II - termo de referência;
- III - planilha estimativa de despesa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico; [...]"

Nessa esteira, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, no que se refere ao edital, este é o ato pelo qual a Administração divulga as regras a serem aplicadas em determinado procedimento de licitação. O que nele estiver estabelecido deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade, tratando-se, portanto, da aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Nesse sentido, o art. 41 da Lei nº 8.666/93 expressa que a Administração não pode descumprir as normas e as condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Assim, ao analisar o presente edital, verifica-se que o Processo Licitatório observa todos os requisitos insculpidos em lei em seu art. 40 da referida legislação.

Ademais, o art. 2º do Decreto Federal nº 10.024/2019 aduz que o pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Portanto, estando a Administração Pública vinculada ao instrumento convocatório deve a ele obedecer aos requisitos de seu conteúdo.

Por tudo que foi explanado, observamos que figuram, no presente edital, o objeto da licitação, o preço e as condições de reajuste, prazo, critério de julgamento, todos constantes no art. 40 da Lei nº 8.666/93, bem como a minuta do contrato, o orçamento estimado de quantitativos e preços unitários, e ainda há as condições para o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsão da Lei Complementar nº 123/2006.

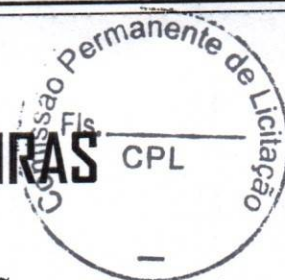
III - CONCLUSÃO

Qcanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



Diante de todo exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela **APROVAÇÃO** da minuta do edital e seus anexos, por estarem de acordo com os ditames legais, oportunidade em que nos manifestamos pelo prosseguimento do presente processo para a realização do certame licitatório na modalidade pregão eletrônico sob o nº 007/2023.

Em cumprimento ao Princípio da Publicidade, ao art. 5º da Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/11) e aos artigos 20 e 21 do Decreto Federal nº 10.024/2019, deve-se publicar o Aviso da Licitação em Órgão de Imprensa Oficial, obedecendo aos prazos legais, e em seguida recomenda-se a juntada do comprovante da referida publicação a este processo administrativo. Tudo isso para atender ao previsto no Art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, senão vejamos:

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º; [Grifo nosso]

Fica clarividente que a Administração Pública deve respeitar a todas as etapas da realização do procedimento licitatório, desde a abertura do processo administrativo, para garantir a lisura do certame.

Apenas uma sugestão à CPL, no que tange à minuta do contrato: que a cláusula que trata das **obrigações do contratante e contratado** sejam descritas no referido documento e não apenas faça menção aos termos que constam no edital.

Vale ressaltar, por fim, que as questões de natureza técnicas não são objeto de análise na presente consulta.

É o parecer.

À apreciação superior.

Cabaceiras (PB), 07 de fevereiro de 2023.

JOSEFA GILZANE LERCIANE CASTRO FARIAS

Assessora Jurídica
OAB/PB 21.109

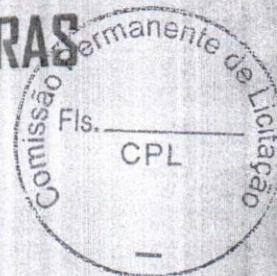
VIVIANE AMARAL DO Ó

Assessora Jurídica
OAB/PB 20.663



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



Parecer Conclusivo nº 011-B/2023/JUR/PMC
Processo Administrativo nº 017/2023
Referente: Pregão Eletrônico nº 00007/2023
INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitação-CPL

PARECER JURÍDICO

Vêm a esta **Assessoria Jurídica** para análise e emissão de Parecer conclusivo acerca do cumprimento da legalidade administrativa os autos do procedimento licitatório epigrafado, na modalidade Pregão Eletrônico, que objetiva à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.**

Assim a CPL solicita a emissão de Parecer a respeito do cumprimento dos requisitos legais, que devem ser observados na realização de procedimentos licitatórios, como os que ora se analisa ao breve relatório.

Iniciado o processo de contratação, a modalidade licitatória escolhida foi a do Pregão Eletrônico.

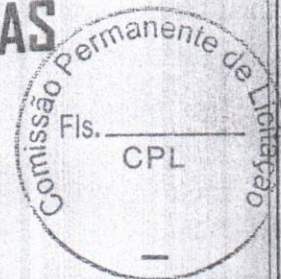
Com vistas à instrução do Processo Administrativo, foram anexados aos autos, em resumo, os seguintes documentos:

- Requisição de Abertura do Senhor **Secretário de Obras e Infraestrutura do Município;**
- Termo de Referência;
- Consultas de Preços;
- Autorização para abertura do procedimento licitatório;
- Declaração firmada pela Sr. Secretário de Finanças, no sentido de que a despesa "existe adequação orçamentária e financeira, neste exercício são suportáveis pela dotação orçamentária prevista para esta Unidade Administrativa";
- Cópia do ato de designação do Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio;
- Minuta do Edital e anexos;
- Publicações;
- Comprovante de retirada de Edital;
- Documentos de Credenciamento, Proposta de Preços e Documentos de Habilitação das Empresas participantes do certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



- Histórico de lances;
- Ata de Sessão Pública e
- Quadro de resultados;

Preliminarmente, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, pelo que, incumbe, a este órgão de Assessoramento Jurídico prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na avaliação da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da CPL, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O Art. 38 da Lei nº. 8.666/1993 na redação que lhe foi dada pela Lei nº. 8.883/1994, de aplicação subsidiária ao pregão, segundo preceitua o Art. 9º. De sua lei de regência (Lei nº. 10.520/2002), *in verbis*:

Lei nº. 8.666/1993

“Art. 38. O procedimento de licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”

Lei nº. 10.520/2002

Art. 9º. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Considerando a natureza do certame licitatório, no qual o Edital situa-se como uma das peças de um processo, com necessários atos anteriores e posteriores, não pode o mesmo ser analisado como se fosse uma peça autônoma apta a produzir efeitos por si só, exigindo uma interpretação além da mera literalidade do parágrafo único do Art. 38 da Lei nº. 8.666/1993.

Dentro deste entendimento, compulsando os autos, observamos que fora apresentado anteriormente por esta Assessoria Jurídica parecer favorável às minutas do edital e seus anexos, o que corrobora com o posicionamento acima exposto.

Desta forma, partimos para a análise do procedimento de forma mais abrangente emitindo um segundo Parecer, versando sobre o procedimento em si, ato este que objetiva uma maior legalidade e transparência dos procedimentos licitatórios.

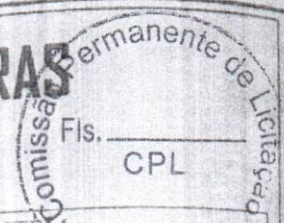
Passemos então a análise do procedimento em si:

1. DA LICITAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



1.1	TIPO:	MENOR PREÇO POR ITEM
1.2	SUORTE LEGAL	LEI Nº. 10.520/, LEI Nº. 8.666/1993, ALTERAÇÕES POSTERIORES
1.3	AUTORIDADE AUTORIZADORA:	TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA - PREFEITO

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1	CÓDIGO DA DESPESA:	<p>ORÇAMENTO 2023;</p> <p>Recursos Próprios do Município de Cabaceiras:</p> <p>02.801 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>15 122 1003 2028 Desenvolver as Atividades de Obras e Serviços Públicos</p> <p>3390.30 99 Material de Consumo</p>
-----	--------------------	--

3. DA PUBLICIDADE

3.1	EDITAL:	<ul style="list-style-type: none"> • Composto por 14 Cláusulas; • Anexo I – Termo de Referência; • Anexo II – Modelo de proposta de preço; • Anexo III – Modelo de Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação; • Anexo IV – Modelo de declaração nos termos do inciso XXXIII, Art. 7º da CF; • Anexo V – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta; • Anexo VI – Modelo de declaração do porte da empresa; • Anexo VII – Modelo de declaração de idoneidade; • Anexo VIII – Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação; • Anexo IX – Minuta do contrato.
3.2	ATO CONVOCATÓRIO:	<ul style="list-style-type: none"> • Publicações: ✓ Jornal A União; ✓ Diário Oficial do Estado ✓ Diário Oficial da União ✓ FAMUP.

4. DO PREGOEIRO:

4.1	NOME:	JOSÉ ALEXANDRE FILHO
4.2	PORTARIA DE NOMEAÇÃO:	1027/2023 - 07/02/2023

5. DO(S) PROPONENTE(S) / VENCEDORA(ES):

PESSOA JURÍDICA / CNPJ / VALOR TOTAL	
BRJ COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE COSNTRUCAO LTDA.	
12.848.592/0001-85	

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



Valor: R\$ 773.445,00

- ROSANGELA POLLYANA DE OLIVEIRA NEVES.

25.151.738/0001-80

Valor: R\$ 244.841,00

Total: R\$ 1.018.286,00

6. DOS ASPECTOS LEGAIS:

No que se refere ao cumprimento dos aspectos legais, esta Assessoria Jurídica constatou:

6.1 QUANTO À INSTAURAÇÃO DO PROCESSO:

- a) Foi feita solicitação da Unidade Competente para abertura de licitação, com esteio na exigência da Lei n.º 8.666/1993, Art. 38º.
- b) Houve autorização por agente competente para promoção da licitação, com fundamento na Lei n.º 10.520/2002, Art. 3º I.
- c) Portaria que nomeou o Pregoeiro e Equipe de Apoio, com base na Lei n.º 10.520/2002, Art. 3º, IV e 38º da Lei n.º 8.666/1993.

6.2 QUANTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

- a) A modalidade de licitação foi determinada nos termos da Lei n.º 10.520/2002 – consoante o Edital e seus anexos e legislação correspondente.
- b) Planilha de quantitativos de preços – mapa comparativo e preços entre 3 (três) empresas do ramo.
- c) Propostas vencedoras, conforme exigência da Lei n.º 8.666/1993, Art. 38º.
- d) Documentos referentes à habilitação dos concorrentes, conforma a Lei n.º 8.666/1993, Arts. 27 e 29 – Documentos da Regularidade Fiscal, anexos aos autos.

6.3 QUANTO AO ATO CONVOCATÓRIO/PUBLICIDADES

- d) O objeto da licitação foi discriminado com base na Lei n.º 10.520/2002, Art. 3º, II – No conteúdo discriminado pelo Edital e seus anexos, obedecendo a legislação competente.
- e) Houve publicação do ato convocatório, publicado o Edital em Jornal de grandes



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA



circulação oficial.

f) A forma de pagamento adotada, atende a Lei n.º 8.666/1993, Art. 40º no Edital do Procedimento.

6.4 QUANTO ÀS FASES DE HABILITAÇÃO

- a) O valor apresentado pelas empresas vencedoras está coerente com o mercado, segundo a Lei 8.666/1993, Art. 48 – com as propostas de menor preço para melhor produto por item adquirido.
- b) Houve negociação através de lances para obtenção do menor preço de acordo com o Art. 4º, VIII da Lei n.º 10.520/2002 – A negociação através de lance ocorreu conforme o Histórico de Lances.
- c) Ata da Comissão Julgadora, segundo a Lei n.º 8.666/1993, Art. 38, V e 8º da Lei n.º 10.520/2002, Ata de abertura de procedimento licitatório, em que foi classificada uma empresa.

Assim, compulsando os autos, temos que o presente procedimento não apresenta vícios nem defeitos, tendo sido observado, em todo o seu trâmite, os comandos normativos regentes, razão pela qual entende este órgão jurídico deva ser o mesmo homologado.

Outrossim, cumpre aduzir que deve ocorrer a publicação do extrato de homologação do presente processo devendo ser publicada no Órgão Oficial de Imprensa, conforme disciplinamento do Art. 61 da Lei n.º 8.666/1993, conforme abaixo:

Decreto n.º 3.555/2000

Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

(...)

XII. comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Lei n.º 8.666/1993

Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas dela Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus adiantamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS

ASSESSORIA JURÍDICA

CONCLUSÃO



Por fim, estando este procedimento dentro dos padrões ditados pela Lei, opina esta Assessoria Jurídica pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA DA AQUISIÇÃO**¹ em tela, por meio do **Pregão Eletrônico n.º 00007/2023**, haja vista o presente processo licitatório ter obedecido regularmente todas as suas fases, havendo, portanto, perfeita adequação da situação fática à previsão legal.

Este é o Parecer que levamos ao conhecimento do Sr Pregoeiro Oficial, para que adote a **Decisão** que entenda mais adequada, devendo

- a) Haver, se entender regular os atos praticados, realizar a **Adjudicação** pelo Sr. Pregoeiro Oficial e a **Homologação** pelo Sr. Prefeito Constitucional do Município de Cabaceiras - PB;
- b) Encaminhar-se o presente processo para os ulteriores procedimentos.

É o parecer, *sub censura*.

À elevada consideração superior.

Cabaceiras - PB, 28 de Fevereiro de 2023

JOSEFA GILZANE LERCIANE CASTRO FARIAS

Assessora Jurídica
OAB-PB 21.109

VIVIANE AMARAL DO Ó

Assessora Jurídica
OAB-PB 20.663

¹ O Parecer do Assessor Jurídico, não tem caráter vinculativo, não estando a Administração Pública obrigada a segui-lo, explicando-se pelo fato de que o Parecer Jurídico ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa, orientando-o na escolha da melhor conduta